



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, geração e classes sociais**

**Sub-eixo: Envelhecimento**

## **OS IMPACTOS DO RACISMO PARA O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO NEGRA**

**CAROLINE DOS SANTOS SOARES BARBOZA<sup>1</sup>**

### **RESUMO:**

Este artigo tem como objetivo compreender a relação entre racismo e envelhecimento e quais são os impactos dessa associação no envelhecimento da população negra. Para isso, o método utilizado foi uma pesquisa qualitativa feita através de uma revisão bibliográfica de textos que discorrem sobre o tema, assim como dados estatísticos que materializam a reflexão.

**Palavras chaves:** Envelhecimento. População negra. Racismo

**ABSTRACT:** This article aims to understand the relationship between racism and aging and what are the impacts of this association on the aging of the black population. To this end, the method used was qualitative research carried out through a bibliographic review of texts that discuss the topic, as well as statistical data that materialize the reflection.

**Keywords:** Aging; Black population; Racism

### **INTRODUÇÃO**

Estudos apontam que a população idosa vem aumentando nos últimos anos. A partir dos anos 2000, a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a considerar o Brasil um país com população envelhecida, uma vez que a proporção de pessoas idosas aumentou, enquanto a população jovem diminuiu (Oliveira, 2018). O acréscimo de pessoas que têm vivido até a velhice se deu principalmente pela diminuição da taxa de fecundidade e também pelo aumento da expectativa de vida, consequências de implementações de políticas públicas em países desenvolvidos e em desenvolvimento.

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Considerando dados mais atuais como o Censo de 2022, é possível verificar que o percentual de pessoas idosas no Brasil aumentou 56,0% quando comparado com o de 2010. O quantitativo da população nessa faixa etária passou de 20.590.597 (10,8%) da população para 32.113.490 (15,6%). Ou seja, o Brasil está se tornando cada vez mais um país com pessoas velhas, como já havia sido feito projeção em 2015 pelo IBGE de que em 2030, esse número chegue a 18,6% e, em 2060, venha atingir 33,7% da população. (IBGE, 2011; IBGE, 2023)

É preciso ter um olhar ampliado sobre a vida das pessoas que envelhecem e o contexto da estrutura capitalista. Ou seja, é necessário entender os fenômenos que interferem na vida de idosos/as articulando com a totalidade assim compreendendo os variados aspectos da velhice.

Devido à complexidade do envelhecimento, ele perpassa diversos aspectos da vida como biológico, psicológico, social, demográfico, jurídico e político. Além disso, o envelhecimento é um fenômeno heterogêneo e transversal. Na sociedade brasileira esse fenômeno vem alterando a realidade do país em diversas dimensões.

No Brasil, que é considerado um país periférico e em desenvolvimento, o aumento de pessoas idosas na sociedade torna-se preocupante para o Estado, uma vez que é preciso garantir melhores condições de vida para as pessoas, e aqui a desigualdade social se mantém. Assim, o governo passa a propagar uma ideia de que a chegada dos sujeitos a velhice é prejudicial para os trabalhadores ativos no mercado de trabalho, e ao mesmo tempo, propagam a ideia de que os idosos estão na melhor fase da vida para que assim essas pessoas permaneçam no mercado de trabalho e contribuindo para o giro monetário, mesmo que já aposentados.

Tal postura do estado brasileiro sobre o envelhecimento, e principalmente quando se reflete sobre o envelhecimento da população negra, é compatível com o que ocorreu em 1885 com a promulgação da Lei dos Sexagenários. Ao contrário do que é repercutido no imaginário da população brasileira como uma lei de liberdade, essa foi a última estratégia para a manutenção do sistema escravista. Através da leitura do texto da lei, é possível compreender que a intenção do Estado era manter os escravizados na miserabilidade, pois mesmo que “libertos”, esses ex-escravos deveriam trabalhar durante 3 anos a título de indenização para os seus ex-senhores. (MANOEL, 2020)

Outro ponto importante a ser considerado sobre o sistema escravocrata, é que naquele período a expectativa de vida da população livre não era maior que 65 anos. Enquanto a da população escravizada não superava os 30 anos. O que nos faz compreender que uma

quantidade ínfima da população negra chegava até os 60 anos de idade, devido às condições precárias em que viviam.

## **CONCEITUANDO RACISMO E EVIDENCIANDO SUAS EXPRESSÕES**

Compreendemos que o racismo está relacionado com o poder e principalmente com a ideologia, além de ter um caráter conservador e também reacionário. Poder, pois torna alguns seres socialmente considerados “superiores” que outros. Tem caráter ideológico, pois faz com que a sociedade julgue os outros através de sua cor de pele fazendo com que tenham um pré-julgamento uns sobre os outros, além de alienar tais pessoas. E conservador, pois relaciona-se com essa ideia de hegemonia<sup>2</sup> dos seres considerados “superiores” e para que estes permaneçam no poder política e economicamente.

Uma das expressões do racismo é a discriminação racial indireta que muito tem a ver com a realidade social brasileira, que podemos compreender como um “racismo à brasileira”, que pode ser considerado como um racismo implícito, pautado pelo mito da democracia racial que foi propagado no país ao longo dos anos fazendo com que muitas pessoas acreditassem que não houvesse racismo no Brasil, mesmo quando verificados os índices de desigualdades e iniquidades do país, os negros sempre se encontram lá, enquanto os brancos seguem no topo da pirâmide social. Além disso, como bem evidenciou Munanga (2004), a violência policial no Brasil nunca foi implícita, e muito menos sutil, ela sempre foi direcionada à população negra.

O que não podemos deixar de evidenciar é que o racismo tem muito a ver tanto com a divisão do trabalho como com a divisão espacial das raças, ou seja, em termos de ocupação e geograficamente há lugares específicos para cada grupo racial. Essa divisão diz respeito a bairros e periferias, mas também a instituições e sistemas como o carcerário. (Almeida, 2019)

Em se tratando do tema racismo, é importante que haja a compreensão de que há três grandes concepções acerca deste termo, sendo elas: individualista, institucional e estrutural. A concepção individualista está relacionada com a subjetividade dos sujeitos, e ocorre principalmente de forma direta, ou seja, é quando um indivíduo age de forma racista atingindo uma outra pessoa estando relacionada com as relações interpessoais e comportamentais. Almeida (2019) considera tal concepção frágil e limitada, sendo a partir dela que verificamos análises equivocadas sobre o racismo que tem relação com um moralismo inconsequente.

---

<sup>2</sup> Hegemonia é um conceito primordial no sistema capitalista segundo Gramsci. O autor diz que “a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (GRAMSCI, 2000, p. 48).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Já a concepção institucional tem a ver com a dinâmica organizacional que legitima vantagens e desvantagens a partir da raça. Hirsch (2007, p. 26) diz que as instituições são “modos de orientação, rotinização e coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social como a tornam normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais.”

A partir disso, é relevante compreender que esses espaços estabelecem normas e orientações que coordenam o modo de ser dos sujeitos, ou seja, constroem e comandam o comportamento humano.

Assim, Almeida (2019, p. 27) elabora que

(...) a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos.

Quanto ao enfrentamento das resistências dos grupos discriminados, o autor acrescenta que o grupo hegemônico irá ceder algumas coisas para que assim eles permaneçam no poder, portanto é evidenciado que

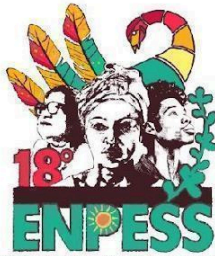
O efeito disso é que o racismo pode ter sua forma alterada pela ação ou pela omissão dos poderes institucionais – Estado, escola etc. –, que podem tanto modificar a atuação dos mecanismos discriminatórios, como também estabelecer novos significados para a raça, inclusive atribuindo certas vantagens sociais a membros de grupos raciais historicamente discriminados. Isso demonstra que, na visão institucionalista, o racismo não se separa de um projeto político e de condições socioeconômicas específicas. Os conflitos intra e interinstitucionais podem levar a alterações no modo de funcionamento da instituição, que, para continuar estável, precisa contemplar as demandas e os interesses dos grupos sociais que não estão no controle. (ALMEIDA, 2019, p.28)

Por fim, o autor define a concepção estrutural como modo que constitui as relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares. Os comportamentos racistas e as organizações institucionais existem a partir de uma sociedade onde o racismo é a norma.

Em seu texto, Almeida (2019, p. 34) acrescenta que

(...) o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. Ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial.

A partir disso consideramos fundamental fazer um aprofundamento sobre essa concepção sob uma perspectiva histórico-crítica. Para isso é necessário compreendermos como o sistema



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

capitalista está estruturado e como ele ocorre na modernidade<sup>3</sup>. Segundo Oliveira (2021), o capitalismo é um sistema que tem como fundamento a hierarquia, ou seja, é constituído por uma lógica em que existe uma espécie de pirâmide social, onde poucos estão no topo e muitos na base. A categoria central para essa hierarquização é a raça.

Assim, o autor constrói uma narrativa em que podemos compreender que foi a partir da colonização dos países americanos pelos europeus que houve uma naturalização da exploração de raças, assim validando e naturalizando o racismo. Por isso, ele explica que “a principal função do racismo é estabelecer as hierarquias de ocupação nos sistemas produtivos, sejam eles do modo de produção escravista colonial ou do assalariado” (OLIVEIRA, 2021, p. 71).

Moura (1994) evidencia que o racismo moderno nasce com o capitalismo, assim sendo entendido como o motivo de dominação de um povo, classe ou nação. Ou seja, tais categorias se tornam intrínsecas uma à outra.

Nesse sentido, Oliveira (2021, p. 72) enfatiza que

(...) as categorias raça e trabalho ou raça e classe, embora não tenham a mesma origem e nem mesmo a mesma base gnosiológica acabam por se interseccionar como elemento constituidor das hierarquias sociais no continente. Por essa razão, não há como falar em classe sem falar em raça e nem tampouco conceituar raça à parte de classe. Esse é um dos fundamentos de uma perspectiva histórico-crítica do racismo estrutural.

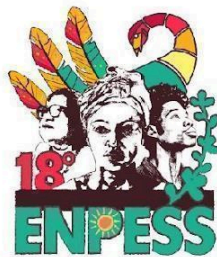
Baseado na ênfase do autor podemos compreender que se o sistema capitalista está baseado na dominação e na produção de mais-valia, e se raça é interseccional a classe e ao gênero, devemos entender então que é a população negra quem produz a riqueza, mas que tal produção é apropriada por uma classe dominante privilegiada que majoritariamente é branca. E também entendemos o lugar subalternizado das mulheres negras nessa sociedade.

Anteriormente ao capitalismo, o racismo estava pautado em concepções cristãs e sobrenaturais. O argumento para a escravização de povos africanos estava baseado na passagem do Velho Testamento que dizia que os filhos de Cam foram condenados a serem lenhadores escravos de seus irmãos e que os africanos seriam os descendentes amaldiçoados de Cam. A outra justificativa estava relacionada às diferenças de crenças, e como os europeus que eram cristãos poderiam dominar povos que não seguiam a mesma doutrina.

Assim, a Europa se manteve como central em sociedades pré-modernas e modernas impondo sua ideologia sendo “uma transformação cultural necessária para a consolidação do capitalismo como modo de produção” (OLIVEIRA, 2021, p. 97). Por isso, Moura (1994, p. 30)

---

<sup>3</sup> Oliveira (2021, p.83) define modernidade como “fruto de uma unificação histórica cujo marco é a conquista da América no final do século XV”



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

reforça que “o racismo é atualmente uma ideologia de dominação do imperialismo em escala planetária e de dominação de classes em cada país.”

Portanto, é evidente que o racismo como se expressa hoje está vinculado com o capitalismo, e por isso constrói constantemente formas de exclusão social. Com isso, a violência policial, o encarceramento em massa e o genocídio de jovens negros nas periferias são fatores concretos que fazem com que essa população enfrente barreiras para o seu envelhecimento. São mecanismos do racismo materializados na sociedade brasileira, que também se expressam em decisões ideológicas como invisibilização de conhecimentos como da História da África, para que assim os dominadores possam permanecer como superiores nas hierarquias entre as raças.

Posto isso, podemos compreender que o racismo não está baseado e se mantém apenas em uma ideologia, mas principalmente através de bases materiais.

O que retrata isso são os dados da realidade, assim o estudo elaborado pelo IBGE em 2022 intitulado “Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil” demonstra que, sobre o mercado de trabalho, a maioria das pessoas desocupadas eram negras representando 64%, já as pessoas brancas eram 35,2% dos desocupados em 2021 (IBGE, 2022). Demonstrando que a maioria das pessoas que fazem parte do exército industrial de reserva são negras.

Em todos os anos estudados, a desocupação e a subutilização foram sistematicamente inferiores para as pessoas de cor ou raça branca. As taxas de desocupação e de subutilização foram maiores entre as pessoas pretas ou pardas independentemente do nível de instrução considerado (IBGE, 2022, p. 3)

O que está relacionado com o avanço do ultraneoliberalismo em que “a informalidade deixa de ser a exceção para tendencialmente tornar-se a regra, e a precarização passa a ser o centro da dinâmica do capitalismo flexível, se não houver contraposição forte a este movimento tendencial de escala global” (ANTUNES; DRUCK, 2015, p. 19, apud. SILVA, 2020, p. 313). A informalidade muitas vezes está associada a precariedade e a ausência de proteção social, além da limitação para acesso a direitos básicos como a aposentadoria e a remuneração de salário-mínimo.

Quanto ao rendimento mensal, que normalmente advém do trabalho, e é a forma de adquirir bens e serviços o estudo diz que em 2021 “o rendimento médio mensal de pessoas ocupadas brancas (R\$ 3.099) foi bastante superior ao de pretas (R\$ 1.764) e pardas (R\$ 1.814)”

Sobre o rendimento domiciliar per capita

Em 2021, o rendimento médio domiciliar per capita da população branca (R\$ 1 866) era quase duas vezes o verificado para a população preta (R\$ 965) e parda (R\$ 945), tendência que se manteve desde 2012. Os rendimentos observados em 2021 foram os mais baixos da série, tendo maior redução entre a população preta (8,9%) e parda (8,6%) em relação ao

ano anterior, enquanto o rendimento da população branca decresceu em 6,0%. Este comportamento está relacionado, muito provavelmente, à redução e posterior extinção dos programas emergenciais de transferência de renda, em 2021, que tiveram maior impacto sobre a população de cor ou raça preta ou parda. (IBGE, 2022, p. 5)

São esses os dados que demonstram que atualmente o Brasil carrega o legado da época da escravidão, onde o racismo determina qual espaço negros e negras terão. O que evidencia o lugar da população negra na subalternidade.

## **ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO NEGRA: CONSIDERAÇÕES SOBRE RAÇA E CLASSE**

No Brasil, o aumento de pessoas idosas, população de 60 anos ou mais, na sociedade torna-se preocupante para o Estado, uma vez que é preciso garantir melhores condições de vida para as pessoas, e aqui a desigualdade social se mantém. Segundo Lobato (2014), o que é verificado em nosso país é o descompromisso do Estado com a proteção social de modo geral.

Nesse sentido, o que vem sendo verificado é um discurso de que a velhice é onerosa, uma vez que segundo o Estado, causa desequilíbrio no financiamento público devido ao gasto com a previdência e a saúde, assim o que é reforçado é a responsabilização da família sobre o cuidado e proteção social das pessoas idosas (LEÃO E TEIXEIRA, 2020).

Segundo Faleiros (2014, p. 6), a velhice “implica no deterioro ou diminuição da capacidade funcional, mas inseridos num contexto de trabalho/aposentadoria, político, cultural, social, familiar e a percepção de si e do mundo”. Devido a isso, é necessário compreender não só aspectos biológicos como também psicológicos e sociais.

Lobato (2016) sinaliza que “o processo de envelhecimento não se resume apenas aos aspectos demográficos: é condicionado pela classe social, gênero, raça e implica a garantia de melhores condições de vida que justifiquem a ampliação dos anos de vida” (LOBATO, 2016, p. 266).

Sendo assim, raça é um fator que deve ser considerado quando estudamos esse campo. No Brasil, a porcentagem de pessoas negras que envelhecem é menor do que o quantitativo branco, isso está relacionado com a maior taxa de mortalidade da população negra ao longo da vida. O que retrata o racismo estrutural vigente neste país.

Assim como Bernardo (2019) entendemos que não é possível apreender a complexidade da sociedade capitalista sem fazer referência às classes fundamentais. Por isso, na primeira parte deste trabalho evidenciamos como o racismo foi um mecanismo utilizado para a manutenção do



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

capitalismo e contextualizamos como a população negra faz parte majoritariamente da classe trabalhadora. Sendo esse o motivo que justifica que para se debater classe é preciso discutir raça.

Quanto às dimensões que constituem o envelhecimento, não podemos deixar de pensar sobre os condicionantes entre capital e trabalho. A classe dominante visualiza a classe subalterna como objeto utilizado para incrementar a sua riqueza, assim é propagado um discurso ideológico de meritocracia baseada nas diferenças e na individualização. (BERNARDO, 2019)

No que se refere a população idosa negra, desde os períodos da escravização, a exploração de sua força de trabalho foi utilizada para a produção da riqueza dos escravistas. Assim, como demonstramos em nossa análise sobre a Lei do Sexagenário na introdução deste trabalho, pessoas negras eram exploradas até a morte (literalmente) e nem mesmo tinham direito de envelhecer (caso envelhecessem) sem serem explorados/as e serem reféns das elites.

Segundo Marx e Engels (1982 apud BERNARDO, 2019, p. 32) “classe social constitui segmento coletivo que ocupa uma dada posição e consciência nas relações produtivas. Na sociedade capitalista, tem-se a divisão de duas classes fundamentais: burguesia e classe trabalhadora”

Conforme Teixeira (2008 apud BERNARDO, 2019) é através da extensão do conceito de classe trabalhadora que teremos maior aproximação com a problemática do envelhecimento das pessoas que fazem parte desse contingente populacional, assim é preciso que se abrange trabalhadores produtivos, improdutivos, precarizados, terceirizados, informais e desempregados. São as pessoas negras idosas que sempre estiveram no mercado informal e não tiveram garantia de direitos ao longo de suas vidas que mais sofrem com as violações de direitos.

Devemos fortalecer a ideia de que as desigualdades de classe social são elementos centrais para a devida compreensão das condições atuais que pessoas velhas trabalhadoras enfrentam para exercer sua cidadania de forma plena.

Iamamoto (2010) revela que a questão social é indissociável do trabalho livre e que se utiliza das necessidades humanas e as mercantiliza. Sendo assim, é um mecanismo de subordinação do trabalho que engendram desigualdade, desemprego, pobreza, entre outras manifestações que conferem às lutas sociais como forma de resistência dos trabalhadores, ou seja, isso se refere à contradição entre capital e trabalho existente na sociedade de classe.

É necessário recorrer ao significado ontológico do trabalho, que é a base para a reprodução social. Utilizando como referência Marx, Engels e Lukács, Bernardo (2019) sinaliza que “a categoria ser social designa o homem como ser histórico, que, ao superar os limites postos





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

pela natureza e solucionar os desafios básicos colocados pela realidade, transforma a natureza e a si próprio.” (BERNARDO, 2019, p. 40)

Teixeira (2008, apud Lobato, 2014) problematiza e questiona quando tratam o envelhecimento como “problema social” apenas considerando o declínio biológico e o crescimento demográfico desse segmento populacional. A autora afirma que:

O envelhecimento constitui um problema social, principalmente, para as classes destituídas de propriedade (exceto de sua força de trabalho) e de controle de seu tempo de vida, em função das contradições e determinações da sociedade capitalista que engendram desigualdades, vulnerabilidade social em massa, degradações, desvalorizações e pseudovalorizações, para essa classe social, especialmente com o avanço da idade cronológica, com o desgaste da força de trabalho (Teixeira, 2008, p. 23)

A chegada da velhice tem sido apontada como uma conquista da sociedade. Mas quais são as pessoas que de fato envelhecem? E se envelhecem, como é esse envelhecimento? Não podemos deixar de nos fazer essas perguntas, pois a classe trabalhadora majoritariamente negra que chega à velhice é quem chega sob os efeitos deletérios do trabalho como: estresse, adoecimento, esgotamento profissional, sofrimento mental e outros aspectos que costumam ser banalizados.

A partir das reflexões de Lobato (2014) com base na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (PNAD) de 2009 sobre os aspectos socioeconômicos do envelhecimento no Brasil, é possível verificar que a maioria das pessoas idosas são referência financeira em seus domicílios. A escolaridade é considerada baixa, 30,7% dos/as idosos/as tinham menos de 1 ano de educação. Sobre o rendimento, pouco menos de 12% das pessoas idosas vivem com renda de ½ salário-mínimo e 66% encontram-se aposentados. Quanto à saúde, a maioria da população idosa é sus-dependente.

Concordamos com Bernardo (2019, p.39) quando a autora diz que “problematizar a velhice da classe trabalhadora nos impõe a tarefa de encarar tempos históricos distintos, de modo a produzir os elos, pontes, vínculos entre o passado, o presente e o futuro”.

Oliveira (2018) evidencia que em 1940 ocorreu o primeiro censo demográfico realizado pelo IBGE em que 4% dos 41,2 milhões de habitantes eram idosos/as, com idade igual ou superior a 60 anos, sendo que a expectativa de vida era de 42,7 anos. A autora reforça que as pessoas negras que eram idosas nesse período tinham nascido em 1880, ou seja, viveram pelo menos 8 anos como cativos, mesmo sob a vigência da Lei do Ventre Livre.

Na sequência do texto é expresso que:

Se nos detivermos aos que atualmente são idosos, sabemos que nasceram até o final da década de 1950. Se muito pobres quando crianças, conheceram a realidade do trabalho



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ainda na infância. Se moradores das cidades em rápido processo de urbanização, eram absorvidos de duas formas: se não alfabetizados, eram contratados para trabalhos que não exigiam qualificação específica e com jornadas de até 12 horas (muitas vezes noturnas), nos setores de infraestrutura tais como encanamento de água, esgoto e limpeza pública. Se escolarizados (então, ensino primário completo), podiam pleitear uma vaga no SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (fundado em 1942) e assim, serem aptos para o trabalho industrial. A população negra não tinha amplo acesso à educação formal. Mas esse processo foi distinto para homens e mulheres negros, sendo pior para os primeiros, porque os trabalhos domésticos nas regiões urbanas mantiveram-se muito parecidos ao modo que eram realizados na sociedade escravagista. Isto somado ao fato que não houve imediata concorrência com a mulher imigrante, que não se interessava por essas ocupações, a mulher negra permaneceu nos postos de trabalho, antes servil, agora remunerado. Tal fato pode ser apontado como o nascedouro de uma das características das famílias negras em relação às famílias brancas: as primeiras, a chefia familiar ser da mulher. (OLIVEIRA, 2018, p. 10-11)

A partir da reflexão exposta anteriormente e considerando o racismo como uma das expressões da questão social, assim como o envelhecimento da classe trabalhadora, avaliamos ser necessário trazer neste trabalho o conceito de interseccionalidade:

(...) uma categoria teórica que focaliza múltiplos sistemas de opressão, em particular, articulando raça, gênero e classe. Neste sentido, a interseccionalidade deve ser contemplada nas discussões e no olhar social, de modo a romper com o modelo hegemônico e excludente que tem como base o cisheteropatriarcado. Deve-se considerar, assim, a interseccionalidade enquanto uma categoria analítica relevante para pensar a questão racial no Brasil e os desafios para a adoção de políticas públicas eficazes (Akotirene, 2019, apud Santos, 2020, p. 32)

Devemos considerar que no Brasil tanto o racismo como o ageísmo e/ou etarismo são opressões que tentam ser mascarados. O primeiro é mascarado através da ideia do mito da democracia racial, em que é propagada a falácia de que brancos e negros tem acesso a direitos de forma igualitária. Já o segundo é perceptível através da repercussão de que a velhice é uma fase positiva da vida, sem considerar fatores estruturais. Assim, Silva (2021) expressa que

(...) o conceito de homogeneização advém das relações assimétricas de poder, opressão e subordinação, como a de classe, gênero, raça e geração. Ou seja, o poder é a questão central de toda sociedade, pois é através dele que se determina quem será excluído, quem terá regalias, quem domina e quem é dominado. (SILVA, 2021, p. 34-35)

Além disso, em 2019 a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) demonstrou que 80% das pessoas idosas que necessitam de apoio nas suas atividades rotineiras recebem esse suporte de seus familiares. (Vieira et al., 2023)

Teixeira (2019, apud Leão e Teixeira, 2020, p.22) expressa que

(...) o capital industrial reestruturado almeja a redução do custo da produção: arrefecimento da força de trabalho; enfraquecimento de suas resistências organizadas; diminuição do poder de pressão e da solidariedade entre as classes sociais, ocasiões em que o capital figura como corresponsável pela proteção e segurança da força de trabalho. Logo, o intuito central é reduzir encargos. Além disso, busca obter mais espaços de reprodução ampliada na esfera de circulação e de serviços, em especial, os de caráter social, antes desmercadorizáveis e ofertados pelo Estado, mas, agora, pleiteados como via da

reprodução do capital acumulado. Inclui, ainda, outras necessidades típicas da hegemonia do capital financeiro. No caso, a captura de fatias cada vez maiores do Fundo Público para reproduzir as condições gerais de produção e para pagar juros da dívida pública, ambiente de reprodução do capital financeiro

A questão central do envelhecimento como expressão da questão social está relacionada com os interesses hegemônicos e ao conjunto de determinações econômicas, políticas e ideológicas da classe dominante. A partir disso, é preciso entender o que ocorre no campo econômico para compreender os dilemas pelos quais vem passando os sistemas de proteção social públicos, e quem mais perdem com o desmonte, que é a população idosa com baixa renda. Ou seja, isso tem a ver não só com classe, mas principalmente com raça, que no Brasil as duas categorias se mostram articuladas, pois a cor da classe trabalhadora deste país é negra.

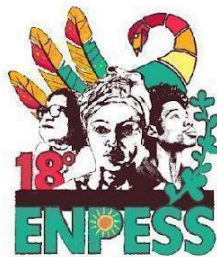
Além do etarismo e todo estigma sobre pessoas idosas, a parcela da população negra nessa fase da vida ainda é afetada pelo racismo estrutural e institucional que tem como consequência processos de exclusão devido à ausência de políticas públicas e direitos básicos ao longo de suas vidas, o que é expresso pelos indicadores de insegurança alimentar, trabalho precário, baixa escolaridade, dentre outros. (Vieira et al., 2023)

O que é importante evidenciarmos ao estudar envelhecimento da população negra é que a proporção de pessoas na faixa etária maior de 60 anos é menor do que a de pessoas brancas. O que contraria dados gerais que demonstram que a população negra é maior que a branca no Brasil. Esse fator está relacionado com as maiores taxas de mortalidade entre pessoas pretas e pardas nas primeiras fases da vida.

Podemos considerar que o alto índice de morte entre pessoas negras está relacionado com a violência urbana, o acesso precarizado aos serviços de saúde e a realização de trabalho desgastantes. Os homens pretos e pardos são quem mais são atingidos por isso, e tem a diminuição de sua expectativa de vida a partir dos 15 anos.

Importante destacar que os indicadores de mortalidade não são um apontamento apenas sobre a morte, mas também é sobre como determinados grupos lidam durante a trajetória de suas vidas com o trabalho, a violência, o acesso à saúde, educação e a assistência social, além da mobilidade urbana e a previdência social que também são aspectos que determinam o estado de bem-estar físico, mental e social.

A partir dessas considerações, iremos trazer reflexões referentes aos dados encontrados na pesquisa do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Na dimensão de inclusão produtiva é apresentada a situação de pessoas idosas em relação aos meios de subsistência e à



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

renda, ou seja, trabalho, aposentadoria e outras fontes de renda. O resultado da pesquisa demonstra que as pessoas mais velhas têm rendimentos menores, o que está relacionado com a aposentadoria. E de modo geral, pessoas negras idosas têm piores condições.

Quanto à escolaridade, os dados da PNAD Contínua de 2019 mostram que as pessoas negras têm menor escolaridade que pessoas brancas. De maneira geral, pessoas brancas tem dois anos a mais de estudo. Já nas faixas etárias analisadas nesse estudo, que seriam maiores de 60 anos, é possível verificar que pessoas brancas chegam a ter 5,1 anos a mais de escolaridade do que pessoas negras.

A pesquisa evidencia que tais dados expressam as situações de discriminação que as pessoas negras sofrem ao longo de suas vidas. Assim é reforçado que:

Tais desvantagens começam desde a vida escolar e, posteriormente, se refletem em barreiras no mercado de trabalho. Assim, ao chegar nas idades mais avançadas do ciclo de vida, a população negra acumula atividades ocupacionais precárias, com menor cobertura de seguridade social e menos acessos aos serviços públicos de qualidade. Esse fenômeno se expressa também nas fontes de renda acessadas pelos diferentes grupos raciais que estão fora do mercado de trabalho. (Vieira et al., 2023)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envelhecimento da população negra é um fenômeno complexo visto que barreiras raciais que são enfrentadas ao longo da vida para a chegada a velhice. Além de enfrentar discriminação relacionada a idade, a população negra envelhecida é atingida pelo preconceito racial.

Por fim, podemos considerar que os dados expostos evidenciam as feridas abertas que o período escravocrata deixou neste país. Expressam ainda a intrínseca relação entre raça e classe, ressaltando assim as desigualdades sociais que as pessoas negras sofrem. Sendo esse um dos motivos para menor envelhecimento da população negra enquanto a chegada a velhice da população branca é maior.

Concordamos com Benedito quando a autora diz que

“(…) podemos afirmar que apesar das conquistas, a população negra brasileira vive em situação alarmante no que diz respeito ao acesso aos direitos básicos pelos quais seus ancestrais lutaram desde que aqui chegaram: segurança alimentar, condições menos indignas de trabalho, direito de viver livremente. E no caso dos/as velhos/as negros/as ainda há muito a trilhar para que, de fato, façam parte dos índices brasileiros. Enfim, ao analisar os dados chegamos à conclusão de que o Brasil saiu do sistema de escravidão, mas a escravidão não saiu do Brasil!” (BENEDITO, 2022, p. 110)



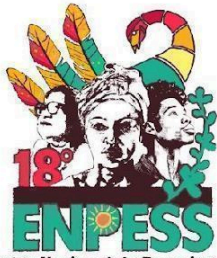
Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. de. Racismo Estrutural: Feminismos Plurais. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.
- BENEDITO, J.C. A contribuição do serviço social brasileiro ao enfrentamento ao “racismo e ageísmo”: um estudo sobre a produção de conhecimento expressa nos encontros nacionais de pesquisadores em serviço social realizados na segunda década do século XXI. 260p. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” . Faculdade de ciências humanas e sociais, SP, 2022. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/235643/Benedito\\_JC\\_te\\_fran.pdf?sequence=5&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/235643/Benedito_JC_te_fran.pdf?sequence=5&isAllowed=y). Acesso em: 06 de julho de 2024.
- BERNARDO, M. H. J. Envelhecimento da classe trabalhadora, dependência e cuidados familiares: desafios para a proteção social no município do Rio de Janeiro. Tese. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019
- BRASIL. LEI Nº 3.270, DE 28 DE SETEMBRO DE 1885. Regula a extinção gradual do elemento servil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM3270.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm).
- EURICO, M. C. Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito raça/cor/etnia. In: CFESS. Diálogos do cotidiano- Assistente Social: reflexões para o trabalho profissional. Caderno 2. Brasília, 2022. Disponível em: [CFESS DialogosDoCotidiano-Caderno2-Final.pdf](#). Acesso em: 12 de jul de 2024
- FALEIROS, V. P. Envelhecimento no Brasil do Século XXI: transições e desafios Argumentum, Vitória (ES), v. 6, n.1, p. 6-21, jan./jun. 2014.
- HIRSCH, J. Forma política, instituições políticas e Estado – I. Crítica Marxista, n. 24, 2007. p. 26. Disponível em: [artigo212artigo1.pdf \(unicamp.br\)](#) . Acesso em: 01 de jul de 2024.
- IBGE. Censo demográfico, 2010. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 28 de jul de 2023
- IBGE. Censo 2022: número de idosos na população do país cresceu 57,4% em 12 anos. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-idosos-na-populacao-do-pais-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 12 de jul de 2024
- LEÃO, S. M. A.; TEIXEIRA, S. M. PROTEÇÃO SOCIAL E ENVELHECIMENTO NO BRASIL E EM PORTUGAL: crítica à (re)novada função da família na proteção social da pessoa idosa. In: TEIXEIRA, S. M. Serviço Social e envelhecimento. Teresina: EDUFPI, p. 18 - 45 2020. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

[https://www.ufpi.br/arquivos\\_download/arquivos/Livro\\_SERVI%C3%87O\\_SOCIAL\\_E\\_ENVELHECIMENTO\\_E-BOOK-120201020195516.pdf](https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Livro_SERVI%C3%87O_SOCIAL_E_ENVELHECIMENTO_E-BOOK-120201020195516.pdf). Acesso em: 13 de jul de 2024

LOBATO, A. T. G. Envelhecimento e Políticas Sociais: Possibilidade de Trabalho do Assistente Social na Área de Saúde do Idoso. In: DUARTE, M. J. O. ALMEIDA, C. C. L. MONNERAT, G. L. SOUZA, R. G. **Política de Saúde Hoje: Interfaces e Desafios no Trabalho de Assistentes Sociais**. Papel Social, 2014. p. 135 - 154.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre o Trabalho do Assistente Social na Área do Envelhecimento. In: FORTI, V. GUERRA, Y. Serviço Social: temas, textos e contextos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. p. 263 - 277

MOURA, C. Dialética radical do Brasil negro. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2014.

\_\_\_\_\_. O Racismo como Arma Ideológica de Dominação. Revista Princípios nº 34, ago-out 1994, pág. 28-38. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/moura/1994/10/racismo.htm>.

Acesso em: 30 de agosto de 2023

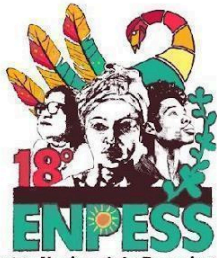
MANOEL, J. C. C. A LEI DOS SEXAGENÁRIOS COMO ESTRATÉGIA PARA MANUTENÇÃO DA PRECARIIDADE SOCIOESPACIAL NO BRASIL. Revista da ABPN • v. 12, n. Ed. Especial – Caderno Temático: “Geografias Negras” • abril de 2020, p. 12-31. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/852>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

MUNANGA, K. (2004). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira). UFF, Rio de Janeiro, n.5, p. 15-34. Recuperado de <https://www.geledes.org.br/kabengele-munanga-uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-identidade-e-etnia/>

OLIVEIRA, D. de. Racismo estrutural : uma perspectiva histórico-crítica -- 1. ed. -- São Paulo : Editora Dandara, 2021.

OLIVEIRA, I. C. PROCESSO DE ENVELHECIMENTO BRASILEIRO, RACISMO E GÊNERO: APROXIMAÇÕES NECESSÁRIAS. Vitória: ENPESS, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23293> Acesso em: 12 de jul de 2024

RIBEIRO, R. I. Qual é sua gloriosa idade? O envelhecimento de mulheres iorubás (África Ocidental) à luz do diálogo entre Christopher Lasch e Lin Yutang. Revista Transdisciplinar de Gerontologia, Universidade Sênior Contemporânea, Ed. Esp, 2018. Disponível em: <https://3bc35b8acc.cbaul-cdnwnd.com/5237718d9d662d52f8f4484cd741dad6/200000028-91549924e4/RTG%20Ed.%20Especial.%202008.pdf>. Acesso em: 12 de jul de 2024



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

SILVA, Julia C. Racismo e Envelhecimento: Determinantes sociais que interferem no processo saúde-doença de pessoas idosas negras no Núcleo de Atenção ao Idoso (NAI). Orientadora: Maria Helena de Jesus Bernardo. Faculdade de Serviço Social, UERJ. 2021.

VIEIRA, P. P. F. [et al.] Envelhecimento e desigualdades raciais [livro eletrônico]. – 1. ed. – São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap, 2023. Disponível em: <https://cebrap.org.br/envelhecimento-de-desigualdades-raciais/>. Acesso em: 12de jul de 2024